

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



LISBOA, José da Silva (Salvador, 1754 - Rio de Janeiro, 1835)

José da Silva Lisboa nasceu na cidade de Salvador em 16 de julho de 1756. Seu pai, o lisboeta Henrique da Silva Lisboa, era "arquiteto", e sua mãe, Helena Nunes de Jesus, natural da Bahia, supostamente parda. A profissão de arquiteto na época era de natureza mecânica, similar a outras atividades consideradas modestas, "defeito" paterno de que o filho seria diversas vezes lembrado ao longo de sua trajetória, além da mestiçagem materna. (Kirschner, 2009, p. 18)

Em 1784 casou-se com Ana Francisca Benedita, filha do bacharel pernambucano Antonio Álvares de Figueiredo. Segundo a biografia publicada por um de seus filhos, Bento da Silva Lisboa, em 1839, José da Silva Lisboa teria iniciado os estudos de latim com a idade de oito anos, em seguida, no convento dos frades carmelitas, estudaria "Filosofia racional e moral", tendo ainda aprendido música e piano (Lisboa, Bento 1839, p. 186).

Em 1773 fez sua primeira viagem a Portugal para estudar retórica e se preparar para os exames de admissão em Coimbra, atividade em que foi auxiliado pelas aulas de Pedro José da Fonseca, em Lisboa. Matricula-se na Universidade de Coimbra, nos cursos jurídico e filosófico, aplicou-se ao estudo do grego e do hebraico, chegando a assumir, em 1778, a posição de professor substituto dessas matérias. Tendo sido aluno de Domingos Vandelli em Coimbra, Lisboa manteve com o famoso naturalista correspondência e colaboração em assuntos científicos (Kirschner, 2009, p. 45). Em 1779 obteve o grau de direito canônico e filosófico, pouco depois, em 1780, retornou para Salvador, onde foi nomeado ouvidor da comarca de Ilhéus, cargo que exerceu por curto e conflituoso período. Em 1782 foi nomeado professor régio de Filosofia racional e moral e professor substituto de língua grega, esta última exercida até 1787.

Em 1793 afastou-se das aulas e retornou à Lisboa com a família sob o pretexto de cuidados com a saúde. Neste período trava conhecimento com Dom Rodrigo de Souza Coutinho, sendo que em 1797 obtém do Príncipe Regente seu jubramento como docente e a nomeação de deputado secretário da Mesa de Inspeção da Agricultura e Comércio da Bahia. Remontam a este período os esforços que levariam à publicação, em 1801, de sua primeira obra de fôlego, os *Princípios do Direito Mercantil*, cujos dois primeiros



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

tomos vieram a luz já em 1798. Em 1804 publicou os *Princípios de Economia Política*, em que defendia a liberdade de comércio e apresentava as ideias de Adam Smith.

Quando da passagem da família real portuguesa pela cidade de Salvador em janeiro de 1808, Lisboa teria influenciado na decisão de abertura dos portos do Brasil às nações amigas. Nomeado ainda na Bahia lente de uma cadeira de "Economia Política", foi convidado a seguir a Corte em sua migração para a nova sede no Rio de Janeiro. Desde então sua influência nos assuntos do Estado seria permanente, desenvolvendo uma intensa atividade letrada em mais distintas frentes, em particular a já citada "Economia Política", traduzindo e vulgarizando o pensamento de Adam Smith e Edmund Burke, produzindo reflexão original em que aplicava os princípios do liberalismo econômico e do conservadorismo burkeano à realidade luso-brasileira.

Por intermédio de D. Rodrigo de Souza Coutinho, ainda em 1808, Lisboa foi nomeado deputado da Real Junta de Comércio e membro do corpo de direção e censura da Impressão Régia. Esta instituição se tornaria central na produção do que podemos chamar de estratégias de sustentação letrada da nova Corte. É neste contexto que podemos compreender as duas primeiras obras de história produzidas por Lisboa, a *A Memória da Vida Pública do Lord Wellington* (1815), e a *Memória sobre os principais benefícios del Rei D. João XVI* (1818). Durante todo o reinado de D. João no Brasil, Lisboa esteve a serviço do fortalecimento da autoridade real e do projeto reformista de fundação de um império português, ou luso-brasileiro, assentado na ideia do fim do sistema colonial e uma nova governança do território.

Em 1821, no contexto aberto pela Revolução do Porto, foi nomeado inspetor geral dos estabelecimentos literários, o que significava exercer a censura de tudo o que era publicado no Reino. Nas disputas em torno da Independência foi bastante ativo pela imprensa, tendo publicado o jornal *Conciliador do Reino Unido*, além de diversos panfletos cujo posição prevalente era a defesa do projeto de unidade do império. Entre 1821 e 1828 publicou nove jornais e 42 panfletos (Kirschner, 2009, p. 207). Esteve entre os que apenas no último momento aderiram ao projeto de independência do Brasil.

Foi deputado na Assembleia Constituinte de 1823, tendo, a partir daí, intensa atividade parlamentar, chegando ao senado em 1826. Tornou-se homem de confiança do novo imperador que, já em 1823, o nomeou Desembargador do Paço e Deputado da Mesa de Consciência e Ordens. Na crise provocada pelo fechamento da Assembleia Constituinte atuaria pela imprensa na justificação das ações de D. Pedro e na defesa da causa do Brasil em busca do reconhecimento da Independência. É neste cenário conflituoso que foi encarregado pelo governo da missão de escrever a história dos principais acontecimentos da Independência, o que originaria seu mais ambicioso projeto historiográfico: uma história geral do Brasil. Os serviços ao Estado e à dinastia de Bragança foram reconhecidos com os títulos de Barão (1823) e Visconde de Cairu (1826). A intensidade de sua atuação letrada pode ser vislumbrada pelas diversas sociedades de que foi membro: Sociedade Promotora da Industria Nacional do Rio de Janeiro, Da Agricultura da Bahia,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Filosófica de Filadélfia, Agricultura de Munique, da Propagação das Ciências Industriais, Instituto Histórico de França, Instituto real para a Propagação das Ciências de Nápoles (Lisboa, Bento, 1839, p. 187).

A formação reformista em Coimbra e o clima contra-revolucionário de sua segunda passagem por Portugal fortaleceram a admiração de Lisboa pelos autores britânicos. Adam Smith no pensamento econômico, Edmundo Burke na política: em 1812 publicaria uma tradução com extratos das obras deste último, em particular as *Reflexões sobre a Revolução em França*. Cita e demonstra conhecer também os trabalhos históricos de Gibbon, Hume, Robertson e Southey. Dentre os antigos, é admirador de Tácito, que refere constantemente em seus textos históricos.

A história intelectual e a história das ideias no Brasil privilegiaram a interpretação que enquadrava Lisboa como um precursor do liberalismo econômico, celebrando seus trabalhos no campo da economia política. Esse viés interpretativo obscureceu a reflexão sobre a história presente nestas obras. Narrativas ilustradas e certa teoria da história fundamentavam sua compreensão da economia como um ramo da jurisprudência e da moral. Ainda mais grave, essa ênfase na economia política ajudou a esvaziar o significado de suas obras propriamente históricas. Esse frente, embora não tenha sido a mais prolífica, não foi menos relevante.

Como as demais frentes de sua atividade letrada, também a história era entendida por Lisboa como forma de servir ao país, à dinastia e ao bem comum. As memórias publicadas no período joanino respondiam à conjuntura política imediata. A biografia de Lord Wellington comemorava a derrota francesa e a libertação do reino, reforçava as virtudes aristocráticas do grande militar como exemplo de edificação moral e prova da superioridade desses valores sobre o mundo revolucionário napoleônico. Nos dois volumes da memória o leitor pode acompanhar a vertiginosa carreira do militar britânico, os detalhes de suas campanhas, anedotas que demonstrariam sua firmeza de caráter e, em paralelo, diversos discursos e exemplos em denúncia de Napoleão e sua ambição de se tornar o tirano do mundo.

Nesta memória, Lisboa cita autores como Smith, Burke e Montesquieu para legitimar a posição central da nobreza. Afirma não pretender sufocar o mérito, mas considera que o respeito aos antigos seria um sentimento natural. Ao mesmo tempo, o Império britânico aparece sempre como portador de um tipo elevado de civilização, seja pelo respeito aos derrotados, a defesa do livre comércio ou por terem " [...] sob a sua proteção povos que, como diz Montesquieu, vivem em imemorial despotismo" (p. 45). Em seu relato, as conturbações políticas são sempre produzidas pela ascensão de usurpadores, pretendentes não legítimos, algumas vezes de origem obscura, numa alusão direta à Napoleão. O imperador francês é considerado "[...] irreconciliável inimigo das nações comerciantes, e aspirando claramente à monarquia universal" (p. 61). A fuga da família real é justificada pela perda do balanço entre as monarquias europeias que formavam, antes da revolução, uma espécie de república. Nessa conjuntura, o Brasil seria a rocha de resistência contra os franceses, recuperando o episódio colonial de sua expulsão do Rio de Janeiro no século XVI.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Em sua análise das memórias, Bruno Diniz identificou o que chama de "linguagem da restauração" do reino e dos valores de uma monarquia aristocrática como força organizadora das narrativas (Diniz, 2010, p. 43ss). Essa restauração estaria em curso com as políticas liberalizantes e de "libertação do comércio" adotadas pelo monarca, que teria encerrado o medonho "sistema colonial". Esse tema marca o que podemos chamar de historiografia joanina produzida no Brasil, que, além de Silva Lisboa, encontra em nomes como Luís Gonçalves dos Santos, Ayres de Casal e Monsenhor Pizarro alguns de seus expoentes. O discurso histórico neste período mobilizava narrativas de progresso e civilização como forma de dar sentido à vinda e à presença da corte no antiga colônia, projetava um futuro de unidade entre as partes europeia e americana da monarquia. A restauração do reino dependia do fim do "sistema colonial" e da passagem de um mundo bélico e medieval a um mundo comercial, da polidez e sociabilidade, da civilização e das letras.

Essas narrativas ilustradas de celebração da liberalidade do monarca são abundantemente exploradas por Lisboa em sua segunda memória histórica, publicada em 1818 em comemoração da coroação de D. João VI em 1815. Em um contexto de insatisfações locais, em particular a Revolução Pernambucana de 1817, a memória funciona como ação política indireta. O livro está organizado em 12 seções temáticas, de modo a que cada uma rememore um grande benefício promovido pelo rei: I. Legislação Favorável; II. Interdito da França Revolucionária; III. Sistema defensivo de Portugal; IV. Expedição da Corte ao Brasil; V. Suspensão Provisória do Sistema Colonial; VI. Estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro; VII. Excitamento do Valor Nacional; VIII. Estabelecimento do Banco do Brasil; IX. Definitiva Franqueza do Comércio e Indústria; X. Declaração de Reino Unido; XI. Promoção das Ciências e das Artes; XII. Liberdade Diplomática nos Negócios Estrangeiros.

A memória abre com um elogio bastante tradicional às virtudes do príncipe, mas seu objeto era a justificação da política empreendida pelo monarca desde sua chegada ao Brasil. Transcrevendo um longo trecho da *História da América* de Robertson, em que o autor britânico destaca o pioneirismo e centralidade de Portugal nos descobrimentos, apesar de ser à época "um dos reinos mais pequenos, e menos poderosos da Europa" (p. 5), Lisboa dá a entender que D. João estaria completando a obra dos grandes personagens dos descobrimentos, o Infante D. Henrique e o rei D. Manuel I. Ao fazê-lo, fortalecia uma narrativa de restauração do Império a partir de uma missão, ao mesmo tempo, providencial e racional, pois o que estava sendo construído no Brasil culminava a história das Grandes Navegações como passo decisivo para a civilização europeia. O impulso dos descobrimentos teria sido deturpado pelo "sistema colonial", a política de segredos e monopólios. Assim, a presença portuguesa no Brasil teria sido desvirtuada pelo "antigo sistema colonial", o mesmo "sistema" que Dom João VI começou a abolir em 1808, como que restaurando os princípios originais dos Descobrimientos.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Esse mesmo tema seria aprofundado por Lisboa em sua mais importante obra historiográfica, a *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*, iniciada por ordem de D. Pedro I, em 1825, que o encarregou de narrar os eventos imediatos que levaram à Independência do Brasil. No programa ambicioso da obra, declaradamente inspirada na *History of Brazil* de Robert Southey, e contrariando Pedro I, Lisboa tentaria escrever uma *História Geral do Brasil* dividida em 10 partes: Achada, Divisão, Conquista, Restauração, Invasões, Minas, Vice-Reinado, Corte, Estados do Brasil e, finalmente, a Constituição (Diniz, 2009, p. 263). Como se vê, pretendia chegar ao objetivo do monarca, esclarecer a opinião pública brasileira e europeia sobre o fechamento da Assembleia Constituinte em 1824 e a outorga da Constituição em 1825, mas através de uma longa narrativa ilustrada capaz de provar que a Independência era o desenvolvimento natural da história do Brasil como herdeiro do mesmo espírito português que teria levado aos Grandes Descobrimentos e ao destravamento do comércio universal entre os povos.

O primeiro capítulo da obra é dedicada aos contornos geográficos do Brasil, já levantando um de seus muitos "espantos", o fato de território tão vasto ter permanecido unido através de uma história conturbada, sendo o último episódio a Revolução de 1820 em Portugal. A descrição geográfica serve para mostrar o destino supostamente grandioso do novo Império e a ação providencial que o manteve íntegro. Sutilmente, Lisboa vai separando a história de Portugal do destino providencial do Brasil. Esse capítulo encerra de maneira extemporânea, mas não casual, com a transcrição do tratado de reconhecimento da Independência do Brasil. Esse evento seria elevado à condição de chave-mestra para sua História.

Os capítulos de II a VII tratam da expansão marítima ibérica, repassando os principais fatos, desde os esforços preliminares em Portugal, a navegação na costa da África até o descobrimento da América por Colombo. Nessa história, Portugal se consagraria por "[...] abrir o comércio legítimo do Orbe, abolindo, sem força, nem injúria [...] o monopólio do tráfico oriental" (Lisboa, 1825, p. 10). A retórica do comércio livre que surge na luta anti-napoleônica serve aqui como instrumento de releitura da própria história portuguesa. Por outro lado, a expansão marítima também havia produzido efeitos negativos inesperados, como a propagação da escravidão africana pelo mundo, efeito que o imperador Pedro I tentaria reverter nos tratado com a Inglaterra (Lisboa, 1825, p. 15).

A narrativa vai se construindo em dupla-chave, de um lado o Brasil é fruto da liberdade do comércio aberta pelas Navegações e do progresso de uma civilização comercial superior, de outro, sugere sempre um "plano providencial" agindo a favor do Império Americano. Esse elemento providencial não se efetiva como "profecia", no sentido de o historiador ocupar o lugar de intérprete autorizado de uma verdade revelada, nem se descrevem milagres em sua história, mas os sucessivos "acazos" revelariam a existência de uma força superior. Por isso, o lance conceitual de chamar o "descobrimento" de "Achado do Brasil", pois enquanto descobrimento poderia ser aplicado a diversas expedições como a de Colombo ou Vasco da Gama, que buscavam intencionalmente suas metas, a chegada da esquadra de Cabral ao Brasil teria sido



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

um resultado fortuito e casual. Em longa nota em que cita Robertson, Southey e William Roscoe, Lisboa define o acaso como a operação de causas não bem conhecidas, cabendo ao historiador descobri-las, apenas assim se tornaria útil ao conhecimento dos grandes eventos (Lisboa, 1825, p. 48). Com esse deslocamento conceitual ele parece querer fundamentar a independência do Brasil como evento inserido em uma história global de razões profundas: o movimento de abertura e universalização do comércio e um plano providencial de transplantação da civilização europeia e monárquica para o continente americano.

Por nova pressão do Imperador, Lisboa interrompe seu plano inicial para abordar diretamente os eventos que levaram à Independência. Nos outros três volumes, publicados em 1827, 1829 e 1830, analisaria o período entre 1820 e 1823, entrando no controverso campo da história contemporânea. Todos esses volumes são acompanhados de introduções e anexos em que resenha e responde aos diversos autores, nacionais e estrangeiros, que abordaram a história do Brasil e, em particular, da Independência, tornando sua obra o primeiro esforço de um balanço crítico da literatura histórica sobre o Brasil (Araujo, 2010).

Seu plano para uma história geral do Brasil esboçado na História dos Principais Sucessos, ao menos em seu ambicioso projeto original, ficaria inacabado. Ainda em fins do reinado de Pedro I o projeto receberia duras críticas no Senado, que votou pela interrupção dos fundos públicos aplicados ao pagamento de um copista que auxiliava Lisboa com os trabalhos (Araujo, 2015). Alguns senadores consideravam inadequado o governo financiar a escrita da história, assunto que caberia apenas ao domínio privado. Com a Abdicação do primeiro imperador em 1831, as condições políticas e intelectuais para o projeto parecem ter sido definitivamente interrompidas, não tendo sido retomadas até o falecimento de Lisboa, em 1835.

Bibliografia ativa: LISBOA, José da Silva. *Memória da vida pública do Lord Wellington*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1815; *Memória dos principais benefícios políticos do governo de el-rey nosso senhor d. João VI*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1818; *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*. 4 Vols. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1826-1830; *Observações sobre o comércio franco no Brasil (1808- 1809)*. In: Antonio Penalves Rocha (Org.) *Visconde de Cairu*. São Paulo: Ed. 34, 2001; *Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil (1810)*. In Antonio Penalves Rocha (Org.) *Visconde de Cairu*. São Paulo: Ed. 34, 2001; *Estudos do Bem-Comum e Economia Política, ou Ciências das Leis Naturais e Civis de Animar e Dirigir a Geral Indústria, e Promover a Riqueza Nacional e Prosperidade do Estado*. Rio de Janeiro. Imprensa Régia. 1819.

Bibliografia passiva: ARAUJO, Valdeir L. de. “Cairu e a emergência da consciência historiográfica no Brasil (1808-1830)”. In Rebeca Gontijo et alii (Ed.). *Estudos de historiografia brasileira* Rio de Janeiro: FGV, 2010, pp. 75–92; Id., *Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil*. *Revista Vária História*, No. 31, 2015, pp. 264-400; DINIZ, Bruno. Cayru e o primeiro esboço de uma História



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Geral do Brasil Independente Cayru and the first sketch of a History of Independent Brazil. *História Da Historiografia*, 2(Março), 2009, pp. 260–266; Id. Da Restauração à Regeneração: Linguagens Políticas em José da Silva Lisboa (1808-1830). Universidade Federal de Ouro Preto, 2010; KIRSCHNER, Tereza. C. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. Brasília: Alameda; Editora PUCMINAS, 2009; Lisboa, Bento da S. (1839). José Da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: memória escrita por seu filho o conselheiro Bento da Silva Lisboa e lida na sessão do Instituto Histórico em 24 de agosto de 1839. *Revista do IHGB*, 1(3), 1830, pp. 185–191; VIANNA, Hélio. A primeira versão da Introdução à História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil, do Visconde de Cairu. *Revista de História*, XXVI(53), 1963, pp. 26-34.

Valdei Lopes de Araujo (NEHM-UFOP)



APOIOS:

